

RESENHAS

Para além do depoimento: quando o passado “esquece” o presente

*Emerson Dionísio G. Oliveira**

É salutar saber que Beatriz Sarlo, uma das mais importantes intelectuais argentinas, escreveu "Tempo Passado", publicado em 2005 na Argentina, e lançado este ano no Brasil, com o objetivo de analisar a década de 70 por meio de uma reflexão teórica acerca da memória coletiva e de seus desdobramentos políticos, na perspectiva de evitar uma autobiografia. Ao fugir de uma narrativa da sua própria experiência durante a ditadura de seu país (1976-1983), Sarlo esbarrou na pequena quantidade de estudos críticos baseados em uma metodologia histórica sobre o tema. Dessa constatação, a escritora passa a problematizar a predominância de relatos em primeira pessoa sobre a experiência daqueles anos. De fato, Sarlo acabou por construir uma reflexão dos anos posteriores à ditadura. E mais, deu-nos um estudo, aparentemente despretensioso, sobre as fronteiras entre memória e história a partir de uma dimensão política específica, que ainda não recebeu a devida atenção no caso brasileiro.

A autora inicia sua obra com um alerta: “o passado é sempre conflituoso” e não existe facilidade em tratá-lo, ainda mais o recente e traumático. Essa constatação de imediato confere o tom político de que seu trabalho se reveste nas páginas seguintes. Certamente, segundo ela, a memória tornou-se um dever para as nações que viveram as ditaduras. No entanto, no contexto argentino, o mercado, a universidade e os estudos intelectuais teriam feito um movimento em direção ao testemunho que privilegia a primeira pessoa, sobretudo o que se refere à experiência direta.

A autora, de imediato, chama atenção para um dos males do chamado *giro subjetivo* que tomara conta das Ciências Sociais e que deixou como um dos legados interpretativos a dimensão de que a

experiência narrada por quem a viveu está acima das demais possibilidades narrativas. Em diferentes autores, inclusive da Literatura, Sarlo busca desnaturalizar essa leitura que tem na memória a primazia da experiência. Ao fazê-lo, traz-nos uma surpresa: não desautoriza tais relatos. Também não os critica de forma a retirar a importância política e ética da memória. Pelo contrário, Sarlo devolve à dimensão testemunhal a beleza de sua natureza incerta. Restitui à memória o seu lugar de seleção e de construtora de uma aparente totalidade narrativa, tão cara para a reconstituição daqueles sujeitos que tiveram suas cidadanias roubadas.

No verso da questão, contudo, há a crítica. Cada testemunha pode narrar sua experiência como um caminho reto entre seu próprio passado e sua recordação, mas isso é pura ilusão, lembra-nos Sarlo. O que está no meio entre o que se pretende dizer e o que preferimos apagar é todo um grupo de manobras e de interesses postos em jogo.

É o peso do presente que não pode ser descolado da lembrança; o testemunho está carregado do presente que deve ser contrastado com outras fontes escritas que permitam submetê-lo à crítica. Algo que toda uma "indústria cultural da memória" evita, alerta a autora, pois prefere agir de modo repetitivo, disseminando simplificações e lugares-comuns, na medida em que sua demanda está diretamente ligada a fatores políticos precisos e que, por fim, pode acabar apagando outras possibilidades narrativas.

"Tempo Passado" mostra-nos os motivos pelos quais essa dimensão política e mercadológica optou pelo testemunho: uma necessidade premente de garantir à redemocratização uma legitimidade que contrapõe o poder do presente com o poder daqueles que comandaram no passado. Nos primeiros anos após o fim oficial do terrorismo de Estado, a memória e o discurso testemunhal obviamente assumem tanto o papel de lembrança obrigatória quanto de guia histórico-jurídico. O perigo reside no fato de que, após duas décadas de testemunhos necessários, ocorre

uma rarefação de estudos baseados em outras fontes e outros métodos. Sarlo pede uma nova postura, mais crítica e mais ampla, perante eventos traumáticos que levaram à morte mais de trinta mil pessoas só na Argentina.

É justamente na dimensão do trauma e em sua implicação política frente à memória e à história que reside um dos pontos altos de “Tempo Passado”. A autora nos lembra de que há uma certa herança do discurso moderno – discutida a partir do filósofo Walter Benjamin –, que, ao declarar a impossibilidade de construir a experiência traumática por inteiro, acabou dando força para o relato que, na atualidade, tomou fôlego e fez ocultar suas fragilidades. Lembrado por ela, o tema do Holocausto continua, assim, sendo o divisor de águas dessas questões políticas entre o narrar e o calar.

Outro ponto a que o leitor deve ater-se é o exemplo dado pelo estudo de Pilar Calveiro em seu *Poder y desaparición: los campos de concentración em Argentina*, tese defendida no México, em 1998. Sarlo vê no trabalho de Calveiro uma possibilidade de narrar uma experiência a partir da análise histórica que toma como fonte os depoimentos de outros e fontes documentais. Exilada, ex-militante política de esquerda que fora seqüestrada, torturada e confinada, Calveiro parece oferecer, segundo a autora, um dos raros movimentos narrativos desviados do mero testemunho.

Pouco conhecido, o caso de Calveiro apenas alimenta a velha polêmica sobre a falta de comunicação do universo acadêmico. Para Sarlo, a história realizada pela universidade vem perdendo influência na sociedade por não querer responder a uma história mais comercial, que se torna cada vez mais popular por meio da proliferação das grandes exposições temáticas ou dos *best-sellers* e dos filmes de época. Os historiadores acadêmicos, segundo ela, têm dificuldade para escrever uma história que seja ativa na esfera pública.

Faltou ao livro aprofundar essa questão, que nos parece crucial nessa discussão. Todavia, cremos que a maior crítica da autora está no modo como perseguimos uma hipermemória, o mito do não

esquecer nada, que engendra conceitos como “Pós-memória” (atacado por meio dos escritos de James Young e, principalmente, de Marriane Hirsch). Tal mito construiu um aparato fabuloso que se alimenta de uma teatralização da memória, contaminando áreas tão próximas como a do patrimônio, da arte e da comunicação. A experiência imediata narrada em primeira pessoa presta-se como âncora de um “real” incerto, cujo passado demonstra-se cada vez mais impreciso e manipulável. A era do depoimento dissimula essa insegurança, o que de fato apenas aumenta o caráter narcísico de nosso tempo, ao crer na prevalência do indivíduo sobre a experiência de uma comunidade.

Assim funciona o mercado e a reconstrução de certos conteúdos do passado. Um “passado” conservador, que é narrado com olhos exclusivamente do passado, que se esforça para que continue sendo passado e não se transforme posteriormente. Um passado que esquece que seu sentido é apenas provisório, derivado do presente e de suas escolhas.

Notas

* Mestre em História da Arte e da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Curador independente e ex-diretor do Museu de Arte Contemporânea de Campinas. Recentemente publicou “A Arte Pública como Vitrine para Políticas Museais” na Revista Art& (2007), “‘Últimos dias de Carlos Gomes’: do mito ‘gomesiano’ ao ‘nascimento’ de um acervo” na Revista CPC-USP (2007) e “Water Color” no I.A.D. Bank Cultural Center Arte Gallery (2007). Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. emerson_dionisio@hotmail.com

Referências

SARLO, Beatriz **Tempo Passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras/ Belo Horizonte: UFMG, 2007.